



PARECER PRÉVIO Nº 64/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11533/2018.

Apensos: Processo nº 14554/2018, 14071/2017 e 14372/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Marãã.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Luiz Magno Praiano Moraes.

6- Advogado: Não possui.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2134/2023-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Marãã. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das Contas de Governo da Prefeitura do Município de Marãã, referentes ao exercício de 2017, sob a responsabilidade do **Sr. Luiz Magno Praiano Moraes**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, I, e do art. 58, “b”, ambos da Lei nº 2.423/1996, c/c o art. 11, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e aos arts. 40, I, e 127, *caput* e §§2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas, conforme irregularidades não sanadas quanto aos atos de governo (itens 1, 3, 5, 6, 7, 8 e 9), explanados na fundamentação do Voto;

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Maio de 2023



PARECER PRÉVIO Nº 64/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro Relator

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA

Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Conselheiro-Convocado

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 64/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 64/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11533/2018.

Aposos: Processo nº 14554/2018, 14071/2017 e 14372/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Marãã.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Luiz Magno Praiano Moraes (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Não possui.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2134/2023-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Marãã. Exercício de 2017.

Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Determinar** o encaminhamento, após a sua devida publicação, do respectivo Parecer Prévio, acompanhado do Voto e de cópia integral deste Processo à Câmara Municipal de Marãã, para que, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127, da Constituição Estadual):

O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte.

Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídas na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação.

O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer



ACÓRDÃO Nº 64/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 64/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal;

- 10.2. Determinar** à Secretaria de Controle Externo que adote as medidas necessárias para a autuação do Processo Fiscalização de Atos de Gestão - FAG, caso ainda não tenha sido autuado, a fim de contemplar a análise dos Atos de Gestão, quais sejam todos os itens listados no Relatório Conclusivo nº. 31/2023-DICOP – fls. 1470/1488 e as restrições nºs. 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 19 e 20, do Relatório Conclusivo nº. 150/2021-DICAMI - fls. 1429/1466, conforme estritamente indicado na Fundamentação deste Voto;
- 10.3. Determinar** o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado, nos termos do art. 190, inciso III, alínea b da Resolução nº 04/2002-RI-TCE, para que possa tomar as medidas que considerar cabíveis;
- 10.4. Dar ciência** ao **Sr. Luiz Magno Praiano Moraes**, deste Voto e do decisório superveniente;
- 10.5. Arquivar** os autos após os prazos legais.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Maio de 2023

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral